

## O fundo de arquivo do Aeroclube Cidade do Rio Grande como patrimônio documental e fontes de memórias

**Elisangela de Souza Luiz**

Universidade Federal do Rio Grande, Curso de Arquivologia, Rio Grande, RS, Brasil  
[elisangelasluiz@yahoo.com.br](mailto:elisangelasluiz@yahoo.com.br)

**Roberta Pinto Medeiros**

Universidade Federal do Rio Grande, Curso de Arquivologia, Rio Grande, RS, Brasil  
[roberta.furg@gmail.com](mailto:roberta.furg@gmail.com)

**Suellen Alves de Melo**

Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Ciência da Informação, Belo Horizonte, MG, Brasil  
[alvesdemelo.s@gmail.com](mailto:alvesdemelo.s@gmail.com)

DOI: <https://doi.org/10.26512/rici.v16.n1.2023.42369>

**Recebido/Recibido/Received:** 2022-03-17

**Aceitado/Aceptado/Accepted:** 2023-03-18

### ARTIGOS

#### Resumo

A presente pesquisa analisou o acervo documental do Aeroclube Cidade do Rio Grande com a finalidade de caracterizá-lo como patrimônio documental por meio dos elementos patrimoniais presentes nesse fundo. O levantamento de dados referente à pesquisa foi realizado nos meses de agosto de 2021 e janeiro de 2022, através de entrevista não estruturada por telefone e *e-mail*, bem como visitas ao Arquivo Público Histórico Municipal do Rio Grande para coletar informações. Nesta sondagem, foi possível averiguar que o acervo é composto por livros atas, livros caixa e livros de voos, os quais estão guardados em duas caixas de papel A4 aguardando tratamento. Estes manuscritos servem para comprovar as atividades desenvolvidas pelo Aeroclube e também como forma de registro de sua história. Diante dos dados coletados e embasamento teórico, constata-se que o fundo documental do Aeroclube Cidade do Rio Grande, sob a custódia do Arquivo Público e Histórico Municipal do Rio Grande, caracteriza-se como patrimônio documental, o que acarreta a sua guarda nessa instituição, assim como na realização de atividades que possam promover sua preservação, acesso e difusão.

**Palavras-chave:** Análise de fundo de arquivo. Aeroclube Cidade do Rio Grande. Patrimônio documental. Memória.

#### El archivo del Aeroclub Ciudad do Rio Grande como patrimonio documental y fuentes de memorias Resumen

La presente investigación analizó el acervo documental del Aeroclub Ciudad do Rio Grande con el fin de caracterizarlo como patrimonio documental a través de los elementos patrimoniales presentes en este fondo. La recolección de datos referente a la investigación se realizó en agosto de 2021 y enero de 2022,

a través de entrevista no estructurada por teléfono y correo electrónico, además de visitas al Archivo Público Histórico Municipal de Rio Grande para recolectar información. En este relevamiento se pudo verificar que el acervo está compuesto por libros de actas, libros de caja y libros de vuelo, los cuales se encuentran almacenados en dos cajas de papel A4 en espera de tratamiento. Estos manuscritos sirven para acreditar las actividades desarrolladas por el Aeroclub y también como forma de registro de su historia. En vista de los datos recopilados y de la base teórica, se desprende que el fondo documental del Aeroclub Ciudad do Rio Grande, bajo la custodia del Archivo Público e Histórico Municipal de Rio Grande, se caracteriza como patrimonio documental, lo que implica su custodia en esta institución, así como la realización de actividades que puedan promover su conservación, acceso y difusión.

**Palabras clave:** Análisis de antecedentes de archivos. Aeroclub Cidade do Rio Grande. Patrimonio documental. Memoria.

### **The archive of the Air Club City of Rio Grande as a documentary heritage and sources of memories**

#### **Abstract**

The present research analyzed the documentary collection of the Air Club City of Rio Grande in order to characterize it as a documentary heritage through the heritage elements present in this fund. Data collection regarding the research was carried out in August 2021 and January 2022, through an unstructured interview by phone and email, as well as visits to the Municipal Historical Public Archive of Rio Grande to collect information. In this survey, it was possible to verify that the collection is composed of minutes books, cash books and flight books, which are stored in two A4 paper boxes awaiting treatment. These manuscripts serve to prove the activities developed by the Air Club and also as a way of recording its history. In view of the collected data and theoretical basis, it appears that the documentary fund of the Air Club City of Rio Grande, under the custody of the Municipal Public and Historic Archive of Rio Grande, is characterized as a documentary heritage, which entails its custody in this institution, as well as carrying out activities that can promote its preservation, access and dissemination.

**Keywords:** File background analysis. Air Club City of Rio Grande. Documentary heritage. Memory.

## **1 Introdução**

No último ano do curso de Arquivologia da Universidade Federal do Rio Grande, os acadêmicos fazem as disciplinas *Trabalho de Conclusão de Curso I* e *Trabalho de Conclusão de Curso II*. Nessas disciplinas, orientados pelos docentes do curso, desenvolvem monografias na área dos arquivos, muitas vezes, sobre questões que tiveram contato ao longo de suas trajetórias na Universidade e nos estágios não obrigatório. Como a fundação do município de Rio Grande data de 1737, a elaboração das pesquisas é uma oportunidade para que instituições públicas e privadas localizadas na cidade e em seus arredores sejam abordadas, assim como seus acervos documentais e, por sua vez, as questões arquivísticas que os envolvem. Tonando-se, dessa forma, uma prática que difunde a história riograndina e seus contextos arquivísticos.

Uma dessas pesquisas foi desenvolvida durante o ano letivo de 2021 e defendida no mês de fevereiro de 2022. Trata-se da monografia intitulada “O fundo de arquivo do Aero clube Cidade do Rio Grande como patrimônio documental e fontes de memórias”, cujo objetivo geral foi caracterizar o fundo de arquivo Aero clube Cidade do Rio Grande (ACCRG) como patrimônio

documental por meio dos elementos patrimoniais presentes nesse acervo. Para Michel Duchein (1986), o conceito “fundo de arquivo” diz respeito ao conjunto de documentos provenientes de uma pessoa física ou jurídica. Por isso, este conceito é empregado como sinônimo do termo “arquivo”.<sup>1</sup>

A partir desta temática, foram elencados três objetivos específicos para a pesquisa: compreender a caracterização de patrimonialização de arquivos a partir da visão de alguns teóricos; investigar quais os elementos que caracterizam um fundo como patrimônio documental a partir do processo de patrimonialização desse acervo; e difundir o fundo do Aeroclubes Cidade de Rio Grande como fonte de informação e de memórias.

O Aeroclubes Cidade do Rio Grande (ACCRG) é uma instituição de ensino, nesse caso, uma escola de pilotos, fundada em 1939, através de uma determinação da Marinha do Brasil, a qual teve autorização para formar pilotos em 1941.<sup>2</sup> O ACCRG já esteve presente em diferentes locais da cidade. Inicialmente, o Aeroclubes possuía sede na Ilha da Base ou Terraplano, como também é conhecida, mais tarde, mudou-se para a Vila Maria José, local que abriga a instituição até os dias atuais. Entretanto, atualmente, no espaço não é desenvolvida atividade aérea.

Ao longo de sua trajetória, o Aeroclubes produziu diversos documentos para registrar suas atividades administrativas e aéreas. Parte desse acervo está sob a custódia do Arquivo Público e Histórico Municipal de Rio Grande (APHMRG). A presença dos documentos do AACRG nessa instituição de custódia de documentos se justifica devido ao Aeroclubes poder ser considerado patrimônio, visto que sua história está diretamente ligada à história do município, não apenas pela formação de pilotos, mas também por sua atuação na Segunda Guerra Mundial, época em que realizou o patrulhamento aéreo na costa sul do país.

Para Ferreira (2006, p. 79), o conceito de patrimônio está relacionado com “[...] resguardar algo significativo no campo das identidades, do desaparecimento.”. A partir desse contexto, os documentos do Aeroclubes podem ser considerados como patrimônio documental, visto que eles podem ser empregados na construção de narrativas históricas e discursos de memórias.

Assim, a partir da análise do acervo do AACRG sob a custódia do Arquivo Público e Histórico, a pesquisa buscou responder a seguinte questão: Quais os elementos presentes no acervo documental do Aeroclubes Cidade do Rio Grande podem identificá-lo como patrimônio documental? Dessa forma, acredita-se que a pesquisa realizada além de contribuir com o

---

<sup>1</sup> Os significados atribuídos ao termo “arquivo” vão desde conjunto de documentos, instituição arquivística até móvel em que são guardados os documentos (ARQUIVO NACIONAL, 2005). Neste trabalho, optou-se por empregar o termo como sinônimo de fundo, ou seja, para fazer referência ao conjunto documental proveniente de uma pessoa física ou jurídica.

<sup>2</sup>Entrevista não estruturada por *e-mail* com CORRADI, Celso, em 27 de ago. de 2021.

arcabouço de discussão sobre fundo de arquivo, patrimônio e memória, também contribuirá para a preservação, difusão e acesso dos documentos analisados.

Dito isso, este artigo tem como objetivo geral apresentar os resultados encontrados na pesquisa, oportunizando que, de fato, o fundo de arquivo do Aeroclube Cidade do Rio Grande seja difundido e acessado, assim como que o trabalho desenvolvido pelo APHMRG seja conhecido no cenário nacional e internacional. Para tanto, a seguir será discutida a relação entre patrimônio documental e memória, além disso, brevemente, serão contextualizados alguns aeroclubes brasileiros. Na sequência, a metodologia e a análise da pesquisa serão apresentadas, assim como sua conclusão.

## **2 Patrimônio documental, memórias e Aeroclubes no Brasil: uma breve discussão**

Conforme mencionado, nesta seção será discutida a relação existente entre patrimônio documental e memória, justamente porque tem se tornado frequente, sobretudo no senso comum, a perspectiva de que os documentos de arquivo são a representação da própria memória. Esse contexto prejudica uma discussão interessante e fundamental de que a memória é uma seleção de elementos considerados importantes por determinadas pessoas que a constroem a partir de seus olhares, experiências de vida, locais de fala, valores e ambições, entre outros fatores.

Assim, após essa primeira discussão, serão apresentados três aeroclubes presentes no Brasil com o objetivo de que seus contextos sejam conhecidos, contribuindo para a compreensão de que os acervos documentais dessas instituições podem ser considerados patrimônios documentais, os quais poderão ser, além da questão probatória, empregados em narrativas históricas e construção de discursos de memórias.

### **2.1 Patrimônio documental e memórias**

O termo patrimônio possui diversos significados que podem estar relacionados a bens, direitos e deveres de uma pessoa ou instituição. Este primeiro significado é um dos mais conhecidos pelas pessoas, sobretudo quando se fala em partilha de bens deixados por familiares. Outro viés desse significado é a questão dos bens móveis e imóveis serem considerados patrimônio de um país e, com isso, deverem ser preservados para que determinados fatos memoráveis sejam conhecidos (CUNHA; CAVALCANTI, 2008).

No sentido figurado, patrimônio é visto como algo que deve ser transmitido de geração a geração, justamente para proteger e preservar algo que possui valor

reconhecido entre determinado grupo social. Alguns autores como Funari e Pelegrini (2006), relacionam esse sentido ao patrimônio cultural, material e imaterial. Nessa perspectiva, patrimônio não é formado apenas por bens materiais, mas também por bens culturais, artísticos e históricos.

Segundo Miranda (2006), no Brasil, as discussões sobre patrimônio cultural tiveram início em 1742 a partir da restauração do Palácio das Duas Torres, também conhecido como Palácio de Friburgo, edificação construída pelo Conde João Maurício de Nassau na atual cidade de Recife. Outro elemento fundamental para essas discussões é a Constituição Federal de 1988, cujo artigo 215 garante o direito cultural e acesso à fonte de cultura e difusão. Além disso, o artigo 216 da Carta Magna constitui patrimônio cultural como bens de natureza material e imaterial “tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira” (BRASIL, 1988, Art. 216).

A partir da definição proposta pela Constituição Federal fica evidente a relação estreita entre patrimônio cultural e coletividade. Para Duarte (2013), o patrimônio está sempre ligado a uma determinada comunidade por meio de seus costumes e história. Ao longo do tempo, os conceitos de patrimônio vêm sendo modificados na tentativa de abarcar não somente os bens móveis, mas também as tradições, costumes e expressões culturais, entre outros aspectos. No final da década de 1930, por exemplo, o Decreto-Lei nº 25 constituiu o que seria considerado patrimônio histórico e artístico nacional, que, de acordo com o seu artigo 1º, é o

[...] conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico. (BRASIL, 1937, Art. 1º).

No ano 2000, um novo decreto serviu para complementar a abrangência de patrimônio nacional, trata-se do Decreto nº 3.551, de 4 de agosto, o mesmo “institui registro de bens culturais de natureza imaterial que constituem patrimônio cultural.” (BRASIL, 2000). A partir desse decreto fica pré-determinado os livros de registros, podendo ser abertos novos livros se determinado bem cultural não se enquadrar nos existentes.

É importante pontuar que a conceituação de patrimônio e a eleição de patrimônios não podem ser assuntos somente do Estado e de suas respectivas legislações. Um patrimônio só pode ser considerado patrimônio quando há um grupo de pessoas que o reconhecem como patrimônio, como algo que representa sua história e cultura. Dessa forma, esse patrimônio provavelmente será preservado por esse grupo, não sendo reconhecido mais apenas como uma das estátuas presentes nas ruas sem vínculo com as histórias particulares e coletivas dos indivíduos (FLORÊNCIO *et al.*, 2014).

No cenário nacional, apesar de haver uma ausência de conceitos para sua definição, patrimônio documental tem sido vinculado ao patrimônio cultural, inclusive devido à Constituição Federal também apontar os documentos como constituintes do patrimônio cultural brasileiro. Para Miranda (2006, p. 67), o patrimônio documental é “[...] formado por documentos que constituem acervo e fonte de comprovação de fatos históricos e memoráveis. Materializado sob diversas formas e sobre diferentes bases, constitui muitas vezes o principal acervo dos arquivos públicos e privados.”.

Nessa perspectiva, patrimônio documental consiste em todos os documentos independentes de seus suportes, oriundos de uma determinada atividade no decorrer da história de um local, os quais, após sua tramitação usual, passam a valer como comprovação de um fato histórico que tenha relevância sociocultural, por exemplo.

De acordo com Silveira (2013, p. 58), “o patrimônio documental representa a maior parte do patrimônio cultural mundial e é relacionado a outras facetas do patrimônio material e imaterial.” Mas, segundo a autora, boa parte desse patrimônio corre risco de perda por causa de fenômenos naturais e humanos, além da deterioração gradual e da falta de conhecimento em sua armazenagem e preservação. Lage (2002) faz uma inter-relação das áreas que se fazem necessárias para o resguardo dos documentos. A autora ressalta que patrimônio documental não deve se conter em apenas um aspecto e nem em categorias clássicas de patrimônio bibliográfico e arquivístico para determiná-lo.

Para Bellotto (2006, p. 259), “o patrimônio documental deve ser concebido como parte do desenvolvimento nacional e integrado a um projeto nacional de salvação e resgate dos valores fundamentais da nacionalidade.”. Assim, o patrimônio documental tem estreita relação com as identidades e memórias de um povo, por isso, sua preservação torna-se fundamental. Nessa perspectiva,

O documento ou, ainda, a informação registrada, sempre foi o instrumento de base do registro das ações de todas as administrações, ao longo de sua produção e utilização, pelas mais diversas sociedades e civilizações, épocas e regimes. Entretanto, basta reconhecer que os documentos serviram e servem tanto para a comprovação dos direitos e para o exercício do poder, como para o registro da memória. (INDOLFO, 2007, p. 29).

Hernández (1996) afirma que:

[...] o critério que define se determinados documentos pertencem ou não ao Patrimônio Documental está diretamente relacionado com o carácter público do sujeito que os gerou, preservou ou colecionou, independentemente da idade dos mesmos. Pertencem também ao Patrimônio Documental todos aqueles documentos que haviam sido gerados, conservados ou recolhidos “por pessoas ou entidades jurídicas cujo capital é majoritariamente detido pelo Estado e outras entidades públicas”, ou seja, pelas Sociedades Estatais. Por último lugar, são considerados como parte integrante do Patrimônio documental os documentos que foram gerados, conservados ou reunidos por “pessoas física ou jurídicas, gestores dos serviços públicos em relação a gestão dos ditos serviços” [...]. (HERNÁNDEZ, 1996, p. 19, tradução nossa).

Já para Bellotto (2000), o conjunto documental reunido “nos arquivos permanentes também chamados de históricos, vem a constituir o patrimônio documental institucional” (BELLOTTO, 2000, p. 154).

No que diz respeito ao conceito de memória, segundo Rios (2013, p. 1), “[...] a memória não é totalmente coletiva, nem inteiramente individual: estrutura e prática se entrelaçam no processo de construção das recordações”. Para Nora (1993),

A memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e de repentinas revitalizações. (NORA, 1993, p. 9).

Assim, a memória está ligada à vida de um indivíduo sempre está em evolução por conta de discussões entre a lembrança e o esquecimento, podendo sofrer alterações no decorrer do tempo. Jardim (1995) diz que memória tende a estar ligada ao resgate, preservação e conservação, e que raramente aparece como processo e construção social. Para Pollak (1992), a memória seja ela individual ou coletiva, é seletiva, pois não conseguimos memorizar tudo que acontece ao nosso redor.

Para Hedstrom (2012, p. 238), a “terminologia memória coletiva e memória social são usadas de forma ambígua” em discussões de conceitos. Mas também falada maneira em que a memória se entrelaça com processos sociais que moldam a

identidade e a consciência histórica. Segundo a autora, que faz uso de duas linhas de investigação, a historiográfica e a epistemológica, a memória serve como fonte histórica ou como um meio de preservar a história, quando das limitações que ocorrem em alguns acervos arquivísticos, já em relação ao papel do arquivo é de comprovação histórica na constituição da memória.

Lousada (2012) discorre sobre a memória e como seu conceito é ligado à história, estabelecendo ligações e formando o contexto social do objeto lembrado. A autora afirma que preservar o acervo documental, suas formas de organização e disseminação é um meio que possibilita a construção da memória coletiva e social.

Segundo Hedstrom (2012, p. 237), os “Arquivos costumam ser tratados como instituições de memória”. Nesse contexto, de acordo com Parrela e Nascimento (2019), a memória é constituída por documentos considerados relevantes para sua manutenção e preservação permanente. Para os autores, na avaliação de documentos, é recomendado “[...] agir à luz da racionalidade técnica, sem desconsiderar a dimensão política do documento arquivístico e da própria avaliação arquivística.” (PARRELA; NASCIMENTO, 2019, p. 179). Já para Bellotto (2006, p. 274), “[...] a memória é um conjunto de informações e/ou documentos, orgânicos ou não”, assim, para a autora, “basta que a informação esteja captada, o objeto identificado, localizado e disponível para o pesquisador.”.

Desta maneira, pode-se dizer que memória no contexto arquivístico está relacionada como processo de preservar os documentos mais significativos estipulados por determinados grupos sociais, mantendo-os em ordem e, por sua vez, contribuindo para o acesso qualificado quando o pesquisador necessitar.

No que diz respeito às instituições, cabe discutir sobre a memória institucional, cuja construção, de acordo com Parrela e Nascimento (2019), é mais eficaz quando a instituição adota uma política de gestão de documentos de arquivo, estudando acerca da sua memória institucional e sua essência. Para os autores, memória institucional não é apenas organizar o acervo, mas tem que conhecer o seu sentido, sua posição e seu papel na sociedade (PARRELA; NASCIMENTO, 2019). É importante mencionar que a memória institucional não é construída apenas por documentos, mas também por outros elementos, como, por exemplo, relatos de história oral dos colaboradores e demais envolvidos com as instituições.

Entretanto, em relação aos acervos arquivísticos, alguns documentos são essenciais para a construção da memória institucional. Ainda de acordo Parrela e Nascimento (2019, p. 180), podem ser considerados os seguintes documentos: “[...] ata de fundação da entidade, Missão, Visão e Valores corporativos, história da empresa, organograma, legislação, apresentação institucional e código do bom governo”.

A temática memória institucional começou a receber maior ênfase no Brasil na década de 1970 e, a partir dessa época, as empresas começaram a construir seus discursos de memória (PARRELA; NASCIMENTO, 2019). Rueda, Freitas e Valls (2011, p. 83) discorrem a respeito da memória institucional e da dificuldade de defini-la, pois a literatura quase sempre está ligada à memória organizacional ou empresarial. As autoras afirmam que

institucionalizar significa adquirir caráter de instituição, oficializar, quando uma empresa se institui, ou seja, quando ela é criada, seus valores, missões, futuros patrimônios e acervos já estão imbuídos do caráter e da imagem que acionistas e colaboradores gostariam que os seus clientes e a sociedade associassem à sua marca, à sua identidade, essa legitimidade se dá através das decisões estruturais, dos procedimentos a longo prazo. (RUEDA; FREITAS, VALLS, 2011, p. 84).

Na sequência, as autoras afirmam que “[...] no Brasil a memória institucional estava sendo tratada de forma mais acentuada em Centros de Memória [...]” (RUEDA; FREITAS; VALLS, 2011, p. 85), ainda assim, com maior frequência em órgãos públicos, e também por um pequeno número de instituições privadas, sobretudo instituições acadêmicas. Segundo as autoras, essa atividade se potencializou com o fim da ditadura, na década de 1980. Neste momento, as empresas começaram a organizar melhor os seus documentos, pois os mesmos registram atividades de sua trajetória, podendo compor suas memórias institucionais.

A partir do exposto, percebe-se que os conceitos de patrimônio documental e memória, quando aplicados ao contexto arquivístico, relacionam-se com os documentos de guarda permanente, os quais podem ser empregados sob diferentes olhares, tanto em relação às questões administrativas que deram-lhe origem como para usos diletante e probatório, assim como para a construção de narrativas históricas e de discursos de memórias. É interessante que os dois conceitos estão estreitamente relacionados com os grupos sociais e suas respectivas identidades, justamente porque são eles que dão sentido e constroem o que será considerado patrimônio cultural, patrimônio documental e memória social. Assim, a seguir será possível conhecer como são

desenvolvidas as atividades de alguns aeroclubes brasileiros e, conseqüentemente, como seus documentos podem ser considerados patrimônios documentais e fontes de história e memória.

## **2.2 Aeroclubes brasileiros: o Aeroclube de São Paulo, o Aeroclube do Rio Grande do Sul e o Aeroclube Cidade do Rio Grande**

Os aeroclubes são instituições responsáveis por ministrar aulas práticas e teóricas para futuros aviadores. Nesse sentido, desenvolvem práticas no âmbito profissional e tecnológico e proporcionam uma maior segurança operacional, ética, transparência, responsabilidade social e ambiental para os futuros profissionais.

No Brasil existem aproximadamente 380 instituições de ensino na área da aviação, divididas entre escolas e faculdades. Dentro deste número há 122 aeroclubes. Assim, considerando o grande número de aeroclubes, optou-se por apresentar apenas três instituições dessa natureza, começando pelo mais antigo, passando pela instituição do estado do Rio Grande do Sul e, posteriormente, pelo Aeroclube Cidade de Rio Grande (CANAL PILOTO BIANCHI, 2012).

Intitulado como o clube de aviação mais antigo do país, o Aeroclube de São Paulo (ACSP) foi fundado no ano de 1931. A princípio sua criação estava voltada à formação de pilotos privados e comerciais para suprir a demanda na Revolução Constitucionalista de 1932 (AEROCULUBE DE SÃO PAULO, 2021). Esse aeroclube fica localizado no Campo de Marte, no bairro Santana, na cidade de São Paulo, mais especificamente na Avenida Santos Dumont. Por estar estabelecido no maior tráfego aéreo da América Latina, o ACSP se tornou uma referência na formação profissional de pilotos e um diferencial em qualquer parte do mundo, impulsionando os mercados nacional e internacional.

No estado do Rio Grande do Sul tem-se o Aeroclube do Rio Grande do Sul (ARGS), o qual também é conhecido como Escola Aeronáutica Civil. Fundada em maio de 1933, a primeira sede da Escola era na cidade de Canoas, na região da grande Porto Alegre (AEROCULUBE DO RIO GRANDE DO SUL, 2021). A primeira turma de pilotos formados era composta por 13 alunos, fato que ocorreu no ano de 1937 e sua missão na formação de pilotos foi até o ano de 1977.

A partir de 1978, por conta de sua proximidade com a base aérea de Canoas, precisou mudar de localização, sendo então transferido para o bairro Belém novo (AEROCULUBE DO RIO GRANDE DO SUL, 2021). A nova sede possui uma extensão de 42 hectares exclusivos para as atividades da escola, fica localizada na Avenida Juca Batista, no bairro Belém Novo, na cidade de Porto Alegre. É constituída por três hangares, nos quais são abrigadas as aeronaves e a parte administrativa, tais como almoxarifados, salas de aula e uma biblioteca para uso dos alunos. Ainda conta com dez residências para acomodar alunos de outras cidades, além de um centro

de voo com equipamento de multimídia, coordenação, espaços individuais para registros e desenvolvimento da instrução prática.<sup>3</sup>

Em relação ao Aeroclubes Cidade do Rio Grande, sua história teve início no dia 27 de abril de 1939, ano de sua fundação, que ocorreu por determinação da Marinha Brasileira, segundo entrevista informal realizada com Corradi (2021). O Aeroclubes estava ligado à Marinha Brasileira, pois a missão dela é prover e empregar as Forças navais, aeronavais e de Fuzileiros navais, cooperando para a defesa da Pátria e garantindo a lei e ordem constitucional (MARINHA DO BRASIL, 2022).

Inicialmente sua base ficava situada na Ilha do Terraplano, que se localiza ao leste da cidade do Rio Grande, entre os canais de acesso ao Porto, próximo ao portão 2, na Avenida Honório Bicalho<sup>4</sup>, local em que permaneceu por 25 anos. Neste período, a sua sede ficava no edifício da Caixa Econômica, sala nº 3, na rua Marechal Floriano, nº 457, onde eram realizadas as sessões ordinárias da diretoria. Após esse período, mudou-se para o local onde se encontra atualmente na rua Alameda Uruguay, nº 122, na Vila Maria José, como mostra a Figura 1.

Figura 1: Foto Aeroclubes Cidade do Rio Grande

---

<sup>3</sup>Informações sobre sua estrutura foram retiradas do *site*: <https://args.com.br/estrutura>. Acesso em: 16 mar. 2022.

<sup>4</sup> Informações sobre localização da Ilha terraplano foram retiradas da página eletrônica da Marinha. Disponível em: <https://www.marinha.mil.br/ssn-5/node/1>. Acesso em: 16 mar. 2022.



Fonte: Aeroclube Cidade do Rio Grande, 2022.

No decorrer de sua história, o Aeroclube chegou a possuir 13 aeronaves em sua frota, se tornando referência nacional inclusive na Segunda Guerra Mundial, pois além das atividades de ensino suas aeronaves eram utilizadas para vigilância(CORRADI, 2021).Em 1969, foi promulgada a Lei n. 2.009, a qual “considera de utilidade pública o Aero Clube Cidade de Rio Grande” (RIO GRANDE, 2009). Essa lei foi sancionada pelo então prefeito de Rio Grande no ano decorrente, o senhor Cid Scarone Vieira, Tenente Coronel.

O Aeroclube foi responsável pela formação de várias gerações de pilotos espalhados pelo país no decorrer de sua atividade, um de seus alunos foi Gustavo Kramer, que foi homenageado tendo seu nome usado para nomear o Aeroporto de Bagé(CORRADI, 2021).O Aeroporto de Bagé começou as suas funções na década de 1930, na zona rural de Bagé. Em 1946, foi inaugurado o primeiro terminal de passageiros, e, em1953, recebeu o nome de Comandante Gustavo Kramer em sua homenagem(INFRAERO AEROPORTOS, 2022).

### **3 Metodologia**

Segundo Gil (2002, p. 41), a “classificação da pesquisa pode ser dividida em três grandes grupos que são eles exploratório, explicativa ou descritiva”. Neste trabalho foi utilizada a pesquisa exploratória, no qual os dados foram analisados de forma qualitativa, permitindo um maior contato com o objetivo da pesquisa. O método de abordagem utilizado na pesquisa foi o dialético, o qual, segundo Lakatos (2003, p. 106), “é aquele que atinge todos os fenômenos que ocorre na natureza e na sociedade”. É a partir da abordagem desse método que foi possível averiguar os fatos referentes ao trabalho.

Os procedimentos adotados para realização desse trabalho foram: pesquisa bibliográfica e documental, além da observação direta no acervo custodiado pelo APHMRG para se conhecer a respeito do fundo que foi o objeto de pesquisa. De acordo com Gil (2002), o

procedimento bibliográfico utiliza materiais já elaborados tais como livros, revistas, jornais, entre outros. A pesquisa documental é semelhante à pesquisa bibliográfica, contudo faz uso de documentos que ainda não receberam um tratamento e podem ser reformulados de acordo com o objeto da pesquisa (GIL, 2002).

A pesquisa documental ocorreu no Arquivo Público e Histórico Municipal, instituição que possui a guarda dos documentos do fundo de arquivo do Aeroclube Cidade do Rio Grande. Foram realizadas visitas presenciais na instituição com a devida autorização de sua gestão, para a leitura e observação dos documentos. Além disso, como forma de conhecer mais o processo de recolhimento e tratamento do acervo pela instituição também foram realizadas trocas de informação presencialmente e por *e-mail* com a arquivista do APHMRG. O levantamento desses dados foi registrado a partir da assinatura de termo de consentimento de uso das informações e termo de autorização de imagem, prezando, dessa forma, pela ética da pesquisa.

No decorrer do trabalho, nem sempre foi possível visitar o Arquivo, por conta da pandemia da COVID-19, por essa razão em alguns momentos foram enviadas perguntas por *e-mail* para a arquivista responsável, para tirar algumas dúvidas e recolher dados. O levantamento de dados referentes à pesquisa, com objetivo de caracterizar como patrimônio documental o acervo do Aeroclube Cidade do Rio Grande, foi realizado nos meses de agosto de 2021 e janeiro de 2022.

Como será visto à frente, a análise dos documentos buscou conhecer, principalmente, a dimensão do fundo de arquivo, os tipos documentais encontrados e as respectivas atividades registradas do Aeroclube. A partir desse levantamento, foi possível considerar o acervo escolhido como um fundo de arquivo conforme critérios estipulados por Duchein (1986) e também compreendê-lo como patrimônio documental e fonte de memória, uma vez que os documentos revelam não somente a história do Aeroclube, mas também da aviação brasileira e da cidade de Rio Grande, entre outras vivências sociais.

Além disso, como ainda não foi realizada nenhuma pesquisa abrangente sobre o Aeroclube Cidade do Rio Grande e também não foi possível encontrar informações detalhadas acerca de sua trajetória em páginas da internet, optou-se por entrevistar o atual presidente da instituição, Celso Elias Corradi. As falas do entrevistado não foram transcritas neste trabalho, tendo em vista que os objetivos da entrevista foram embasar o registro do histórico do Aeroclube e a trajetória do fundo de arquivo da instituição.

A entrevista ocorreu de maneira não estruturada na medida em que não foi utilizado um roteiro de questões, bem como não foi realizada em cenário presencial, mas, por meio de *e-mail* e telefone. É importante destacar que se justificou essa forma de aplicação devido à pesquisa ter sido realizada durante a Pandemia da COVID-19, em que o distanciamento social

estava sendo priorizado. Todavia, o presidente do Aeroclub foi informado acerca da pesquisa e autorizou o uso das informações nesta pesquisa por meio de um termo de consentimento.

Acredita-se que o uso da pesquisa bibliográfica e documental aliada com as entrevistas realizadas foi fundamental para refletir e discutir a parte teórica empregada na estruturação desta pesquisa, assim como o processo de entrada dos documentos do Aeroclub no Arquivo Público e as memórias sociais construídas a partir das vivências de um dos sujeitos extremamente próximo do acervo e da instituição de formação de pilotos.

#### **4 O acervo do Aeroclub Cidade do Rio Grande como patrimônio documental**

Esta pesquisa foi desenvolvida a partir da análise dos documentos do Aeroclub Cidade do Rio Grande que se encontram sob a guarda do Arquivo Público e Histórico Municipal. O acervo do Aeroclub Cidade do Rio Grande foi gerado no decorrer de suas atividades administrativas, portanto, é composto por atas das seções ordinárias, livros caixa, livros de voos do Aeroclub.

Para alcançar o primeiro objetivo da pesquisa que é compreender a política de patrimonialização de arquivos, foi necessário para o embasamento teórico primeiramente a utilização de algumas leis relacionadas ao Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ) e ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), bem como a utilização de trabalhos de outros teóricos que também abordam a discussão sobre patrimônio.

De acordo com o IPHAN, na década de 1930 ficou instituído o que seria patrimônio histórico e artístico no Brasil, em conformidade com o Decreto-Lei nº25/37, no qual se estabelece como sendo patrimônio o conjunto de bens materiais e imateriais, de interesse público, que tenham algum vínculo com fatos memoráveis da história (BRASIL, 1937). A partir desse Decreto, podemos entender o Arquivo Público e Histórico Municipal como um patrimônio para a cidade de Rio Grande, pois nele estão guardados documentos importantes para preservar a memória e história do município e de seus grupos sociais.

O CONARQ também discute sobre patrimônio em seu *site* institucional, neste caso, o Conselho cita a Constituição de 1988, pois nesse dispositivo legal, conforme mencionado, em seu artigo 216, estabelece como patrimônio cultural os bens de natureza material e imaterial, “[...] tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira [...]” (BRASIL, 1988, [s/p]).

O Conselho Nacional de Arquivos, na Resolução n. 47, de 26 de abril de 2021, considera arquivo como o local que possui uma função social de difusão e de pesquisa. O órgão também discorre sobre “[...] a declaração de interesse público e social de arquivos privados reflete a atuação do Estado Brasileiro em prol da memória nacional, mediante preservação de

documentos pelo seu valor histórico, cultural, probatório e informativo [...]”(CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS, 2021, [s/p]).

Dito isso, sobre a reflexão apresentada acima, subentende-se que tanto os Arquivos quanto os documentos podem ser considerados patrimônio. Pois, o Arquivo pode ser um lugar de memória, onde é possível guardar documentos que comprovam a atividade desenvolvida, geralmente manuscritos de guarda permanente, os quais passaram por procedimentos de avaliação para terem sua destinação final estabelecida.

Ferreira (2006, p. 79) afirma que patrimônio está além da “[...] origem jurídica o sentido evocado é o da permanência do passado, a necessidade de resguardar algo significativo no campo das identidades, do desaparecimento.”. Isso quer dizer que o fundo do Aero clube, precisa ser preservado para que não perca a sua identidade e sua história não desapareça.

A seguir será discutido sobre o segundo e terceiro objetivos específicos, neste caso, seria investigar quais os elementos que caracterizam um fundo como patrimônio documental a partir do processo de patrimonialização desse acervo e sua divulgação. Como mostra o Quadro 1, os elementos usados para a caracterização foram:

Quadro 1: Elementos usados para caracterização

<b>Conhecer os documentos produzidos pelo ACCRG sob a custódia do APHMRG</b>	Visitas ao Arquivo, observação direta e entrevistas com a arquivista e com o presidente do Aero clube
<b>Tipos documentais produzidos pelo ACCRG</b>	Livros de atas, livros caixa e livros de voos
<b>Características de fundo de arquivo</b>	Crítérios definidos por Duchein (1986)

Fonte: Dados da pesquisa, 2022.

Para caracterizar o fundo como patrimônio documental, foi preciso averiguar alguns elementos, o primeiro foi conhecer o acervo que está sob a tutela do APHMRG. A partir desse ponto foi dado início a caracterização do fundo, pois foi possível avaliar os tipos documentais que se encontram guardados no acervo e confirmar se realmente eles se enquadravam nas características de fundo de arquivo. Segundo Duchein(1986), para considerar um acervo como fundo de arquivo é preciso que a instituição – seja ela pública ou privada – possua um nome e uma existência jurídica, além de que suas funções sejam explícitas e invariáveis, também deve existir uma hierarquia administrativa em que cada um saiba as suas atribuições, além de ser necessária a existência de um chefe com poder de decisão e, quando possível, a estrutura administrativa da instituição deve possuir um organograma.

Os documentos do AACRG que estão guardados no Arquivo possuem essas características, pois foram produzidos por um organismo privado que possui um nome e cuja existência está pautada juridicamente. Estes documentos são de guarda permanente, tendo sido doados ao Arquivo para receber um melhor tratamento, embora isso ainda não tenha sido realizado por falta de recursos humanos.

Os documentos estão guardados em duas (2) caixas de papel A4 desde 2019, sem receber nenhum procedimento técnico (como identificação e acondicionamento adequados), e estão aguardando a disponibilidade de algum estagiário voluntário para que isso ocorra. Mesmo com todos os contratempos para executar o tratamento arquivístico com estes documentos, eles estão bem assistidos no local de Custódia. Nem todas as associações possuem processos de preservação, com sorte reconhecem a sua utilidade e procuram assessoria, com isso podemos dizer que nem todas as empresas têm um cuidado de preservar os documentos produzidos por elas, mas existem algumas que procuram ajuda para tratar e preservar seus acervos de forma mais adequada, como, por exemplo, entregando-os a uma instituição que já faça esse trabalho (SANTOS; SILVA, 2016).

O fundo que está no Arquivo Público é constituído por atas, livros caixa e livros com planos de voos do Aeroclube Cidade do Rio Grande. As atas que se encontram no Arquivo estão divididas em sete (7) livros que registram as sessões ordinárias realizadas na sede do Aeroclube. Durante a análise do fundo, não foi possível mensurar o número de atas, porque possui muitas páginas que foram molhadas, então é necessário cuidado ao manusear os documentos. Devido ao tempo ser escasso, foi possível averiguar apenas a quantidade de livros e o total de folhas disponíveis em cada livro que eram de 100 páginas.

O livro de atas mais antigo do fundo tem data inicial em 1944, este livro possui um termo de abertura constando o número de folhas numeradas e inicia na ata nº 13. Com o livro iniciando com a ata nº 13, suponha-se que tenha um livro anterior que não está sob a custódia do Arquivo. A instituição não possui um documento que comprove a aquisição do fundo, nesse sentido, uma sugestão seria a elaboração de uma política de aquisição de acervos. Na própria lei do Arquivo Público e Histórico Municipal, no artigo 6º, já cita a possibilidade de criação de políticas e orientações visando a gestão e proteção aos documentos (RIO GRANDE, 2017).

Um exemplo de processo de aquisição seria a elaboração de um formulário com os dados do fundo e do seu depositante no momento de seu recolhimento ao Arquivo, quando forem doados, facilitando assim no seu tratamento e acesso às informações contidas nele. O processo de aquisição está pautado na gestão, pois se baseia no princípio da organicidade, no caráter original e no estado de conservação. Mas, cada arquivista é responsável por estabelecer as regras e procedimentos para o recolhimento do acervo, segundo Santos (2012).

A ata nº 13 dispõe sobre o local onde está ocorrendo a reunião que, à época, aconteciam no Edifício da Caixa Econômica, na sala nº 3, no bairro Centro, localizado na rua Marechal Floriano, e tratavam de diversos tipos de informação que variavam desde o recebimento de telegrama do delegado de polícia de Tapes até entrada de novos sócios, resgates de notas promissórias, permissões de matrícula de estrangeiros nos cursos de pilotagem, combustível, pedido de licença, vinda de mecânico, festa de paraquedismo, entre outros assuntos relevantes. Estas atas são importantes para a construção de discursos de memória da instituição. Segundo Parrela e Nascimento (2019), não se pode apenas organizar o conjunto de documentos, mas é preciso conhecer o seu sentido e sua posição, bem como seu papel na sociedade. Isso pode ser constatado pelo conjunto documental do Aeroclube, pois fez parte no passado e continua a fazer parte da memória da cidade, contribuindo com a formação de pilotos e outras atividades.

É um infortúnio que os documentos ainda não tenham recebido tratamento algum, pois a ausência de ações nesse fundo acarretará a perda de informações importantes, os mesmos já carregam marcas do tempo e também de umidade. Há informações significativas nessas atas, que contam sobre as atividades do Aeroclube na Cidade do Rio Grande, e uma parcela da história da aviação no sul do Brasil e, ainda, fazem parte da história da cidade. Provavelmente quando estes documentos receberem o tratamento adequado, alguns deles terão que ser restaurados para que possam ser utilizados em pesquisas futuras e para que o conteúdo informacional não seja perdido.

O acervo contém mais livros de atas além do ano de 1944, sendo que um deles abrange o período de 1946 a 1948 e o outro de 1948 a 1950. Nessas atas encontra-se a informação de outros documentos que foram recebidos pelo ACCRG como alguns ofícios, autorizações, divisão de operações, escola técnica, edital para inscrição de turmas de alunos, horas de voo, vitórias que seriam realizadas nos aviões e referências a ex-combatentes, entre outros assuntos, os quais não foram expostos no trabalho pela dificuldade de leitura.

O fundo também possui livros de atas que vão de 1950 a 1952, além de outro livro que abrange de 1952 a 1954, e, assim sucessivamente, até o livro de atas que inicia no ano de 1957, que provavelmente é o penúltimo livro, pois, segundo informações, o último livro ainda encontra-se no Aeroclube. Não há informações sobre o paradeiro do primeiro livro de atas, se sofreu alguma deterioração no decorrer dos anos ou se realmente foi perdido.

O mesmo fundo possui três (3) livros dos voos do Aeroclube Cidade do Rio Grande que datam do ano de 1943 até o ano 1976. Identifica-se no registro o nome do piloto, saída e chegada de cada cidade e a relação das convenções a serem seguidas em cada voo pelos pilotos. Em uma das páginas do livro de voos do Aeroclube, foi possível visualizar como eram preenchidos os planos de voo. Apesar da imagem não estar com uma boa nitidez, algumas

informações puderam ser extraídas, como o nome do avião, o horário da partida e da chegada, o motor, a altura, os nomes dos pilotos e as etapas que foram executadas.

O conjunto documental também é constituído por cinco (5) livros caixa, que datam de 1941 a 1998. Acredita-se que, no futuro, o fundo possivelmente virá a receber incorporações, pois ainda existem documentos referentes a ele em sua sede. A informação da existência de pelo menos mais um livro foi recebida na entrevista não estruturada com o presidente do Aeroclube, assim considera-se que o correto seja reuni-los em momento oportuno.

Com base nos documentos que se encontram no Arquivo e a partir da discussão teórica desta pesquisa, podemos considerá-los como patrimônio documental, mesmo que, de acordo com Duarte (2013, p. 99), “[...] o termo Patrimônio Documental ainda pode incitar questionamentos e incertezas quanto à sua constituição, natureza, conceituação e aplicação.”. O conceito de patrimônio documental pode ser entendido como sendo os documentos decorrentes de atividades sejam elas de pessoas física ou jurídica, que estejam preservados e reunidos (HERNÁNDEZ, 1996). Pois, tanto as atas quanto os demais livros, são documentos de prova e guarda permanente. Nesse sentido, para Bellotto (2000, p. 153), além de patrimônio documental, eles podem ser considerados patrimônio histórico e também podem receber o nome de “Archivalia”, por se tratarem de manuscritos de uma instituição.

Os documentos do ACCRG estão no APHMRG para receber um melhor tratamento com a finalidade de em um futuro próximo o seu fundo possa ser pesquisado por mais estudiosos e, assim, propagar as informações contidas neles, em como, que o fundo esteja disponível para o acesso aos cidadãos. Esse foi um dos objetivos do trabalho, a saber, promover a difusão do patrimônio documental, que está garantida pela Constituição de 1988, no artigo 215, o qual garante o direito cultural e o acesso à fonte de cultura e difusão (BRASIL, 1988).

A difusão é muito importante não só para o acervo, mas também para o local que o custodia. Segundo Bellotto (2006), cabe ao serviço de difusão promover o arquivo de dentro para fora, buscando atingir um campo maior de pessoas. A autora também relata a existência de atividades culturais em alguns Arquivos, para, assim, promover o seu acervo, o que isso seria muito assertivo para o APHMRG não só em relação ao acervo do Aeroclube, mas também em relação aos outros documentos sob a sua custódia. A promoção do acervo pode ajudar na consulta, pois é a partir desse momento que a comunidade e pesquisadores passam a ter consciência da existência desses documentos. E, como consequência, os documentos passam a ter um melhor tratamento, em decorrência dessas ações, como as consultas ao acervo.

## **5 Conclusão**

A motivação para a realização desta pesquisa está relacionada a uma necessidade de maior aprofundamento em relação à temática que a envolve, bem como

em auxiliar na difusão do fundo do Aero clube da Cidade de Rio Grande e, conseqüentemente, do APHMRG. A pesquisa teve como objetivo geral analisar o acervo documental do Aero clube da Cidade do Rio Grande com a finalidade de caracterizá-lo como patrimônio documental por meio dos elementos patrimoniais presentes nesse fundo. Esse objetivo foi alcançado, porque no trabalho foi possível analisar os manuscritos e, a partir dessa análise e do embasamento teórico, alcançou-se a caracterização de patrimônio documental.

O segundo objetivo da pesquisa se referia a investigar quais os elementos que caracterizam um fundo como patrimônio documental a partir do processo de patrimonialização desse acervo. Sendo eles, conhecer os documentos referentes ao Aero clube Cidade do Rio Grande que se encontram sob a tutela do Arquivo, averiguar os tipos documentais produzidos pelo ACCRG e analisar as suas características como fundo segundo Duchein (1986). Neste caso, os documentos do Aero clube preencheram os requisitos que podemos utilizar para caracterizar o seu fundo como patrimônio, pois se trata de documentos de uma instituição privada, que possui um nome, uma existência jurídica, uma hierarquia administrativa e servem de prova e também como fontes de construção narrativas históricas e de discursos de memórias. E isto foi possível averiguar tanto nos manuscritos quanto em entrevista com o responsável pelo Aero clube.

Em relação ao terceiro objetivo, este trabalho contribui para que obtenha conhecimento da existência dos documentos do Aero clube Cidade do Rio Grande, os quais possuem grande relevância. Além disso, é necessário a promoção de atividades de difusão que envolva o fundo analisado, como eventos que discutam a presença do Aero clube na cidade de Rio Grande, exposições e oficinas educativas, entre outras ações.

Após caracterizar os documentos do Aero clube como patrimônio documental, entende-se a necessidade de sua guarda no APHMRG e também sua difusão e preservação, pois o mesmo representa não só a história da instituição, mas, também, a história da cidade de Rio Grande. Assim, seria interessante a realização de outras pesquisas que aprofundassem nos assuntos das atas e, conseqüentemente, possibilitassem a elaboração de um catálogo seletivo, para auxiliar o acesso e a busca de futuros pesquisadores.

## Referências

AEROCLUBE DE SÃO PAULO. Escola de Aviação Civil. **Institucional**. São Paulo, 2021. Disponível em: <https://www.aeroclubesp.com.br/home/institucional/> Acesso em: 16 mar. 2022.

AEROCLUBE DO RIO GRANDE DO SUL. Escola Aeronáutica Civil. **Estrutura**. Porto Alegre, 2021. Disponível em: <https://args.com.br/estrutura> Acesso em: 16 mar. 2022.

AEROCLUBE DO RIO GRANDE DO SUL. Escola Aeronáutica Civil. **História**. Porto Alegre, 2021. Disponível em: <https://args.com.br/estrutura> Acesso em: 16 mar. 2022.

AEROCLUBE CIDADE DO RIO GRANDE. **Foto**. Rio Grande, 12 jan. 2022. Disponível em: <https://www.facebook.com/acrg/photos> Acesso em: 16 mar. 2022.

ARQUIVO NACIONAL (BRASIL). **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. Disponível em: [http://www.arquivonacional.gov.br/images/pdf/Dicion\\_Term\\_Arquiv.pdf](http://www.arquivonacional.gov.br/images/pdf/Dicion_Term_Arquiv.pdf) Acesso em: 27 jun. 2022.

BASTOS, Jussieli. **Perguntas do acervo aeroclube**. [mensagem pessoal] Mensagem recebida por: elisangelasluz@yahoo.com.br. Em: 10 jan. 2022.

BELLOTTO, Heloisa Liberalli. **Arquivos permanentes: tratamento documental**. 4. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. Patrimônio documental e ação educativa nos arquivos. **Revista ciências & letras**. Porto Alegre, n. 27, p. 151-166, jan./jun., 2000.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm) Acesso em: 16 mar. 2022.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937**. Organiza a proteção de patrimônio histórico e artístico nacional. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/del0025.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0025.htm) Acesso em: 16 mar. 2022.

BRASIL. **Decreto nº 3.551, de 04 de agosto de 2000**. Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/d3551.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3551.htm) Acesso em: 16 mar. 2022.

BRASIL. MARINHA DO BRASIL. **Comando do 5º Distrito Naval: “guardiões dos mares do sul”**. Rio Grande, 2022. Disponível em: <https://www.marinha.mil.br/ssn-5/node/1> Acesso em: 16 mar. 2022.

BRASIL. MARINHA DO BRASIL. **Comando do 5º Distrito Naval**: “guardiões dos mares do sul”. Missão. Rio Grande, 2022. Disponível em: <https://www.marinha.mil.br/com5dn/missao> Acesso em: 16 mar. 2022.

CANAL PILOTO BIANCH. **Lista de aeroclubes, escolas e faculdades de aviação do Brasil**. [Brasil] artigo publicado 13 dez. 2012. Disponível em: <http://canalpiloto.com.br/instituicoes/> Acesso em: 16 mar. 2022.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. **Resolução nº 47, de 26 de abril de 2021**. Institui sobre os procedimentos relativos à declaração de interesse público e social de arquivos privados de pessoas físicas ou jurídicas que contenham documentos relevantes para a história, a cultura e o desenvolvimento nacional. Disponível em: [https://www.gov.br/conarq/pt-br/legislacao-arquivistica/coletanea-da-legislacao-arquivistica-e-correlata-1/conarq\\_legarquivos\\_jan\\_jul\\_2021.pdf](https://www.gov.br/conarq/pt-br/legislacao-arquivistica/coletanea-da-legislacao-arquivistica-e-correlata-1/conarq_legarquivos_jan_jul_2021.pdf) Acesso em: 27 jan. 2022.

CORRADI, Celso Elias. **Histórico do ACCRG**. [mensagem pessoal] Mensagem recebida por: elisangelasluz@yahoo.com.br. Em: 27 ago. 2021.

CORRADI, Celso Elias. Entrevista não estruturada com Celso Corradi. **Histórico do ACCRG**. [Entrevista concedida a] Elisângela Luiz. Monografia. Rio grande, 27 de ago. 2021.

CUNHA, Murilo Bastos da; CAVALCANTI, Cordélia Robalinho de Oliveira. **Dicionário de biblioteconomia e arquivologia**. Brasília: Briquet de Lemos, 2008.

DUARTE, Renato Crivelli. 2013. **A patrimonialização do arquivo pessoal: análise dos registros Memória do Mundo do Brasil, da UNESCO**. (Dissertação de Mestrado em Ciência da Informação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Estadual Paulista, Marília, 2013.

DUCHEIN, Michel. O respeito de fundos em arquivo: princípios teóricos e problemas práticos. **Arquivo & Administração**, v. 10-14, n. 2, p. 01-16, 1986. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/49818#:~:text=Resumo-,O%20respeito%20dos%20Fundos%20%C3%A9%20tradicionalmente%20considerado%2C%20desde%20a%20segunda,e%20do%20documentalista%20por%20outro> Acesso em: 11 mar. 2022.

FERREIRA, Maria Leticia Mazzucchi. Patrimônio: discutindo alguns conceitos. **Diálogos**. Maringá, v. 10, n. 3, p. 79-88, 2006. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/Dialogos/article/view/38967> Acesso em: 11 mar. 2022.

FLORÊNCIO, Sônia Rapim *et al.* **Educação patrimonial**: histórico, conceitos e processos. Brasília, DF: IPHAN, 2014.

FUNARI, Pedro Paulo; PELEGRINI, Sandra de Cassia Araújo. **Patrimônio histórico e cultural**. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4ed. São Paulo: Atlas, 2002.

HEDSTROM, M. Arquivos e memória coletiva: Mais que uma metáfora, menos que uma analogia. In EASTWOOD, Terry; MACNEIL, Heather (Org.). **Correntes atuais do pensamento arquivístico**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2016. p. 237-259.

HERNÁNDEZ, Francisca Hernández. El patrimonio documental y bibliográfico. **Revista General de Información y Documentación**, Madrid, v.6, n. 1,p. 11-41, 1996.Disponível em: <https://revistas.ucm.es/index.php/RGID/article/view/RGID9696120011A> Acesso em: 11 mar. 2022.

INFRAERO AEROPORTOS. **Informações sobre o Aeroporto de Bagé**. Disponível em: <https://www4.infraero.gov.br/aeroportos/aeroporto-internacional-de-bage-comandante-gustavo-kraemer/sobre-o-aeroporto/historico/> Acesso em: 05 jan. 2022.

INDOLFO, Ana Celeste. Gestão de documentos: uma renovação epistemológica no universo da Arquivologia. **Arquivística.net**, v. 3, n. 2, 2007. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/50444> Acesso em: 11 mar. 2022.

JARDIM, José Maria. A invenção da memória nos Arquivos Públicos. **Ciência da Informação**, v. 25, n. 2, p. 1-13, 1995. Disponível em: [https://www.brapci.inf.br/repositorio/2010/03/pdf\\_cfb64eeaa1\\_0008801.pdf](https://www.brapci.inf.br/repositorio/2010/03/pdf_cfb64eeaa1_0008801.pdf) Acesso em: 16 mar. 2022.

LAGE, Maria Otília Pereira. **Abordar o Patrimônio Documental: Territórios, Práticas e Desafios**. Guimarães: Éden Gráfico, 2002. (Coleção Cadernos NEPS 4). Disponível em: <http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/792/1/caderno04.pdf> Acesso em: 16 mar. 2022.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LOUSADA, Mariana. A evolução epistemológica do conceito de avaliação documental na arquivística e sua importância para a construção da memória. **Revista Ibero-americana de Ciência da Informação**, Brasília, v. 5, n. 2, p. 63-78, jul./dez., 2012. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/RICI/article/view/1724> Acesso em: 28 fev. 2021.

LUIZ, Elisângela de Souza. **O fundo de arquivo do Aeroclube Cidade do Rio Grande como patrimônio documental e fontes de memórias**. 2022. Monografia (Graduação em Arquivologia) – Instituto de Ciências Humanas e da Informação, Universidade Federal de Rio Grande, Rio Grande, 2022.

MIRANDA, Marcos Paulo de Souza. **Tutela do patrimônio cultural brasileiro: doutrina, jurisprudência, legislação**. Belo Horizonte: Del Rey, 2006.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Tradução: Yara Aun Khoury. **Projeto História**, São Paulo, n. 10, p. 7-28, dez. 1993. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/revph/article/view/12101> Acesso em: 11 mar. 2022.

PARRELA, Ivana; NASCIMENTO, Adalson. Memória Institucional e Arquivologia: uma discussão teórico-metodológica. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v.24, número especial, p.176-188, jan./mar.2019. Disponível em: <http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/3901> Acesso em: 11 mar. 2022.

POLLAK, Michael. Memória identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992. Disponível em: <http://www.pgedf.ufpr.br/memoria%20e%20identidadesocial%20A%20capraro%20.pdf> Acesso em: 11 mar. 2022.

RIOS, Fábio. Memória coletiva e lembranças individuais a partir das perspectivas de Maurice Halbwachs, Michael Pollak e Beatriz Sarlo. **Revista Intratextos**, v. 5, n. 1, p. 1-22, 2013. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/intratextos/article/view/7102> Acesso em: 11 mar. 2022.

RIO GRANDE. **Lei nº 2.009 de 2 de maio de 1969**. Considera de utilidade pública o Aero Club Cidade de Rio Grande. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/rs/r/rio-grande/lei-ordinaria/1969/201/2009/lei-ordinaria-n-2009-1969-considera-de-utilidade-publica-o-aero-club-cidade-de-rio-grande?q=lei+2009+de+maio+1969> Acesso em: 11 mar. 2022.

RIO GRANDE. **Lei nº 8.167 de 7 de novembro de 2017**. Institui o arquivo e histórico municipal, defini as diretrizes da política municipal de arquivos e organiza o sistema de arquivos do Rio Grande. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/rs/r/rio-grande/lei-ordinaria/2017/817/8167/lei-ordinaria-n-8167-2017-institui-o-arquivo-publico-e-historico-municipal-define-as-diretrizes-da-politica-municipal-de-arquivos-e-organiza-o-sistema-municipal-de-arquivos-do-rio-grande-sismarg?q=lei+8167> Acesso em: 16 mar. 2022.

RUEDA, V. M. S.; FREITAS, A.; VALLS, V. M. Memória institucional: uma revisão de literatura. **CRB8 Digital**, v. 4, n. 1, 2011. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/9723> Acesso em: 16 mar. 2022.

SANTOS, Eulina Nascimento; SILVA, Sergio Franklin Ribeiro da. O recolhimento de acervos de instituições privadas extintas: o caso do parque industrial da cidade baixa e península Itapagipana da cidade de Salvador. **Informação Arquivística**, Rio de Janeiro v. 5, n. 1, p. 3-26., jan./jun. 2016. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/41925> Acesso em: 11 mar. 2022.

SANTOS, Vanderlei Batista(org.); INNARELLI, Humberto Celeste; SOUSA, Renato Tarciso Barbosa de. **Arquivística temas contemporâneos**: classificação, preservação digital, gestão do conhecimento. 3. ed. Distrito Federal: SENAC, 2012.

SILVEIRA, Catarina Heralda Ribeiro da. **Patrimônio documental e políticas públicas: o que reflete a literatura, o que se inscreve nos documentos**. 2013. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Instituto de arte e comunicação social, Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2013.